



O norte da educação física e ciências do esporte: história e desafios para os dias atuais

Período de 01 a 04 de dezembro de 2010, Castanhal e Belém

**RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA: A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE
EDUCAÇÃO FÍSICA À LUZ DA FILOSOFIA DA PRÁXIS**

Érico Costa Bernardo

Graduado em Educação Física

Universidade Estadual Vale do Acaraú - UEVA

Cristiane Sousa Silva

Graduada em Educação Física

Faculdade Integrada do Ceará - FIC

Alyne Moreira Moraes

Graduada em Educação Física

Universidade Vale do Acaraú – UVA

Thiago de Oliveira Coutinho

Graduado em Educação Física

Universidade Estadual do Ceará - UECE

GTT – Formação de Professores

Resumo

Este artigo pretende levantar questões referente ao processo de formação dos professores de educação física diante do problema da fragmentação curricular posto pela resolução 07/04 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física (DCNEF). À luz da filosofia da práxis, é analisado a relação teoria e prática representado na formação inicial do professor de educação física e o campo de atuação no mercado de trabalho do professor. A fragmentação nos cursos de formação de professores demonstra os resultados nefastos da própria sociedade dividida em classes. A lógica e os argumentos que justificam os processos fragmentários da sociedade se substantivam em verdadeiros mitos expressos na naturalização da ordem social fundada na exploração do trabalhador pelo capitalista. A teoria que fundamenta o discurso da defesa da necessária divisão curricular em licenciatura e bacharelado está sobre ótica da pseudo-verdade que legitima o mercado de trabalho como algo natural, e que portanto necessita de ajustes. Tal ajuste, na prática, é a divisão curricular e todo o invólucro referente ao campo de atuação do trabalhador: o professor de educação física. A relação entre teoria e prática no processo de formação do professor de educação física se manifesta 'aparentemente' como elementos alheios à própria realidade da prática social do professor, quando na 'essência' representa os interesses da ideologia burguesa, portanto, representa os interesses de mercado para uma educação física de mercado, e não para uma educação física como direito social.

Palavras-chaves: Filosofia da Práxis, Teoria e Prática, Capitalismo.

Introdução

Alicerçados na vertente marxiana, partimos do pressuposto que a compreensão da

realidade passa pelo entendimento da ação do homem no mundo – tendo a sua atividade vital, o trabalho, enquanto ação construtora da realidade objetiva – e do próprio ser social enquanto gênero humano. O gênero humano surge partido na sociedade de classes; quando o processo de produção da vida tem diante de seu produtor o domínio de seres exteriores e estranhos ao processo de produção, caracterizando a com uma apropriação privada. Produto do trabalho alheio, consubstanciando a origem das relações de exploração do homem pelo homem no seio da sociedade dividida em classes.

A divisão social, entre quem executa o trabalho e quem se apropria do trabalho, efetiva-se na própria individualidade humana. Surge como uma individualidade de classe, na constituição do corpo individual na qual coexistem: o corpo da classe trabalhadora enquanto sujeito construtor da realidade objetiva e o corpo da classe dominante enquanto coletivo que sobrevive *no e* do processo de exploração do trabalho alheio – do trabalhador. O seu corpo, que se expressa em sua ação que é individual e coletiva, o torna partícipe da substantividade do ser-social. De um ser que surge da ação e se expressa na ação, e que traz consigo a essência da historicidade, um ser da práxis.

A educação como fenômeno determinado pela práxis social, responde aos anseios da estrutura do estado-burguês-neoliberal, com definições e resoluções muito mais comprometidas com os índices de taxa de lucro do que propriamente com os índices de desenvolvimento humano. O complexo educacional, no mesmo sentido, demonstra – como processo hegemônico historicamente determinado – profunda relação de coexistência com os interesses privados e corporativos em detrimento dos interesses dos trabalhadores. Todavia, não é um todo homogêneo e convive diariamente com os entraves historicamente postos na luta da classe trabalhadora em defesa de uma educação pública e de qualidade – tanto no campo teórico quanto na prática. Desta forma, a educação, e seus complexos, expressa os entraves da luta ideológica entre o estado-burguês-neoliberal e a classe trabalhadora organizada. Expressa, portanto, a luta de classes entre grupos antagônicos por interesses distintos resultante do lugar em que estes ocupam na produção social existente.

A Educação Física no complexo educacional transfigura os entraves da luta de classes. Da mesma forma, traz consigo as questões de seu tempo. Na realidade da sociabilidade capitalista, os cursos de formação de professor de Educação Física “são impelidos a um processo de reordenamento visando a devida adequação e ajuste necessários à manutenção e sobrevivência do modo de o capital organizar a vida” (Taffarel, Santos Junior, 2010, p.14). Aqui podemos verificar uma derrota da classe trabalhadora na determinação do modelo de formação para os professores de Educação Física.

Historicamente, a Educação Física esteve vinculada à prática escolar e militar. O professor de Educação Física era reconhecido essencialmente como professor. A partir da década de 1980, uma resolução política representando os interesses do capital, fruto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), determinou duas formações com suas respectivas Diretrizes Curriculares para os cursos de formação em Educação Física. A resolução 03/87 inicia o processo de fragmentação ao determinar que a formação do Profissional de Educação Física será feita em curso de graduação que conferirá o título de bacharel e/ou licenciado em Educação Física. Neste caminho, muitos foram os cursos de formação que dispunham de mecanismo para, em um único processo, oferecer os dois títulos da graduação.

A resolução 07/04 instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física (DCNEF). E com o Parecer 09/2001 da Câmara do Ensino Superior (CESu) – que convocou o Conselho Nacional de Educação e uma comissão de especialista em ensino superior em Educação Física – estabeleceu a formação superior em Educação Física no curso de graduação com o título de “graduação em Educação Física”. Este processo se dá no embate da luta pela educação pública, em que forças políticas de grupos distintos põem em evidência o caráter do interesse em justificar a necessária readequação –

reforma – educacional para o sistema capitalista em crise estrutural.

A divisão nos cursos de formação de professores demonstra os resultados nefastos da própria sociedade dividida em classes. A lógica e os argumentos que justificam os processos fragmentários da sociedade – que são por essência processos de uma unidade indissociável – se substantiva em verdadeiros mitos expressos na naturalização da ordem social fundada na exploração do trabalhador.

As conseqüências para a Educação Física como disciplina curricular historicamente vinculada à formação do trabalhador (SOUZA SOBRINHO, 2009) – com atividades pautadas pela transmissão das técnicas com movimentos repetitivos e despojado de qualquer relação com a realidade social do aluno e da escola – são ações consecutivas de desvalorização e rebaixamento dessa disciplina curricular no interior da escola, devido às “novas necessidades” de um trabalhador flexível, em que a força e resistência física já não são as únicas exigências do “novo mercado”. O que passa a prevalecer é a exigências do mercado pela formação do trabalhador polivalente e com as devidas competências, visando a produção de objetos diversos, em pequena escala, para atender as demandas dos nichos específicos do mercado. Concomitante a isto, a necessidade do sistema em crise avança sobre as práticas da cultura corporal transformando estas em meras mercadorias nas áreas da saúde e do lazer, contribuindo de forma positiva na desvalorização da educação física enquanto disciplina curricular.

Neste processo acima referido, a formação do professor de Educação Física dentro das Instituições de Ensino Superior (IES) – assim como as diversas áreas do conhecimento e da prática social – passa a ser fragmentada como justificativa de melhor preparar o trabalhador do espaço não escolar. Isto se dá a partir da efetivação da lei 9.696 de 1998 que institui o conselho federal de educação física (CONFEF) e seus respectivos conselhos regionais (CREF's). Na prática refletiu e reflete a concretização dos ideais da política neoliberal adentrando à práticas corporais como um nicho de mercado, e de sobra, readequando a classe trabalhadora, em sua forma corpórea, à idéia do trabalhador flexível.

Ao passo que, contextualizado o campo de atuação e as exigências postas para a formação, o problema que emerge para as concepções críticas do movimento contra-hegemônico – em especial – da educação física em seu protagonismo no complexo educacional, se compõe de elementos alheios às correlações de forças que permeiam as diretrizes curriculares dos cursos de formação e o constante entrave da tentativa de privatização da cultura corporal pelo sistema CONFEF/CREF, reverberando no próprio processo de formação de professores para setores e fatias do mercado em crise. A energia despendida em debates relativos à campos específicos da educação – como algo que, por si só, possa contribuir para enfrentar e solucionar os reais problemas encontrados – é, desta forma, mal utilizada por quem intenciona constituir uma educação verdadeiramente fiel aos princípios da vida, em todas suas dimensões ontológicas.

Relação teoria e prática como unidade fragmentada na sociedade capitalista.

Nos propomos a refletir sobre a concepção entre teoria e prática concernente a formação fragmentada proposta sobre os alicerces da sociedade de classes – em um contexto de crise estrutural e sua superestrutura do mercado flexível – no modelo de formação proposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), Resolução 07/04 que, passa a definir a reestruturação curricular dos cursos de formação de professores de Educação Física, atrelada a LDB de 1996. Nessa perspectiva:

Nossa análise segue os passos já trilhados por Lira quando este formula a crítica ao parecer sobre quatro pontos: 1) o paradigma hegemônico das competências como eixo norteador da formação de professores e profissionais; 2) a concepção de ciência presente nas diretrizes; 3) o objeto de estudo da área; e 4) a fragmentação da formação em duas titulações: bacharelado e licenciado.

As Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Física (DCNEF) representam a necessidade constante e histórica do capitalismo garantir a hegemonia da direção do processo de formação do professor, refletido na concreta desvalorização e rebaixamento da educação no seio da sociedade como práxis essencialmente social, para uma atividade meramente mercadológica. A partir da unidade do trabalho docente como eixo norteador, que identifica a atuação do profissional de Educação Física (que seja: o professor), partimos da premissa de que se “trata de uma estratégia do capital de desqualificar o trabalhador em seu processo de formação acadêmica inicial”. (Taffarel e Santos Júnior, p. 35).

Para além da crítica da estrutura curricular vigente, concordamos com a proposta do modelo de formação pautado na Licenciatura Ampliada, em que os elementos basilares para a constituição do currículo desenvolvidos no campo das posições críticas no seio da educação física, são: a história como matriz científica, a atividade pedagógica como eixo norteador da relação teoria e prática no currículo, a organização do ensino por complexos temáticos.

Contudo, mais do que a apropriação das bases teóricas desta proposta, é necessária uma “crítica da crítica crítica”¹, onde uma nova formulação curricular tenha sua base teórica alicerçada no acúmulo da experiência da escola do trabalho e que diretamente esteja vinculada com a realidade material de nossos dias, tendo como estratégia final, a perspectiva de Tonet (2007, p.235) quando afirma que um dos requisitos para uma prática educativa emancipadora “está na articulação da atividade educativa com as lutas desenvolvidas pelas classes subalternas, especialmente com as lutas daqueles que ocupam posições decisivas na estrutura produtiva.”

Concordando com Mézáros (2007), uma educação efetivamente emancipadora somente é possível para além da sociabilidade regida pelo capital, somente é possível no socialismo, e que para isto necessitamos unir forças no campo ideológico – que é o complexo educacional – no sentido de fortalecer a educação da classe trabalhadora e sua histórica organização.

A teoria marxiana possibilita a análise da realidade social contemporânea a partir dos preceitos fundamentais da produção material objetiva das necessidades humanas, historicamente postas pelo complexo da totalidade social gerado pelo mundo do trabalho, e mais precisamente pela relação trabalho e capital. A partir da contraditória relação em que o capital subjuga o trabalho, toda realidade social é engendrada e desenvolvida com a falsa convicção de que tal relação possibilita um real desenvolvimento, na perspectiva do crescimento e desenvolvimento, das condições de vida do conjunto dos homens. Trata-se, neste caso, de uma idéia da ideologia burguesa que não assume seu caráter explorador da relação do homem com o próprio homem, e que, sistematicamente, necessita justificar sua posição de privilégios e de classe dominante.

A partir desta compreensão, a realidade social específica do campo da educação – a realidade do complexo educacional – mantém uma relação de dependência com os fundamentos essenciais da sociabilidade regida pela lógica do capital. A saber: o metabolismo de reprodução do próprio capital. Isto faz com que, por exemplo, na passagem do modelo de produção fordista/taylorista para o modo de produção toyotista, os paradigmas da educação fossem posto em evidencia como algo a ser atualizado para atender às novas necessidades do mundo do trabalho ou para atender – como bem adjetivou Lessa (2008) – a velha “nova sociedade do conhecimento”.

Na medida em que a prática é fundamento da teoria (Vázquez, 2007), a essência da práxis do processo de formação do professor de Educação Física parti da experiência e conhecimentos da atividade real concretizada pela prática no cotidiano do trabalho. Neste sentido o processo de formação e de atuação do professor de educação física está amplamente permeado pelos interesses da lógica do mercado – que tornar-se a atividade real concretizada

1 Aqui fazemos referência ao sub-título da obra Marxiana a A Sagrada Família ou crítica da crítica crítica.

na prática do cotidiano do professor de educação física.

A Filosofia da Práxis como unidade na relação teoria e prática

À luz da filosofia da práxis – compreendendo o termo expressivamente do campo da teoria marxiana, que tem na objetividade das relações do gênero humano o trabalho como categoria que funda o ser social – partirá a crença e a certeza do papel histórico e do posicionamento estratégico que a ciência proletária exerce e deverá exercer na “velha-nova” luta de classe, e em especial, no seu interesse em assumir a gerência da totalidade da reprodução social.

A filosofia da práxis surge como a teoria capaz de nos ofertar os elementos necessários para compreender a realidade social vigente, a partir do princípio e do diagnóstico da incompetência e incapacidade da classe burguesa-capitalista de gerenciar a organização de todos os partícipes do gênero humano de forma justa e sem privilégios individuais – sem classes sociais – o que expressa, segundo Lukács (1920), que “(...) a classe burguesa perdeu irremediavelmente a capacidade de direção”. O esforço para compreender a realidade da sociedade dividida em classes, na filosofia da práxis, somente é válido na perspectiva da intencionalidade de transformar radicalmente essa sociedade diagnosticada; somente é válido pela intencionalidade da necessária ruptura e superação da sociedade dividida em classes. Como expressa Marx na décima primeira Tese sobre Feuerbach, que enquanto a filosofia interessa apenas interpretar “o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (MARX e ENGELS, 2007, p. 539).

Por isto, a práxis será a luz, a trilha a ser seguida no esforço do perscrutar a essência e a matéria do objeto de pesquisa desejado: *A fragmentação do curricular* no curso de formação de professores de Educação Física.

Para Marx, segundo Tonet (2005, p.54), a práxis é

a atividade humana sensível, a atividade real, sensível. Espírito e matéria, consciência e realidade, subjetividade e objetividade são dois momentos que constituem uma unidade. (...) é a atividade mediadora que faz com que da determinação recíproca desses dois momentos se origine toda a realidade social

É no reconhecimento de que a gênese da sociedade de classes surge na separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, e sua conseqüente valorização e privilégio do trabalho intelectual submetendo, e muitas vezes rebaixando ou negando, o trabalho manual, que se compreende a totalidade e complexidade do ser social dos últimos séculos. E que se compreende as ramificações para conjuntos cada vez específicos das diversas práticas sociais, entre elas, para nosso estudo, o complexo educacional.

As contribuições de TONET (2005) são imprescindíveis porque trazem para o debate da educação o discurso da cidadania nas teorias críticas, mostrando o perigo e o erro de colocar a cidadania, por mais crítica que seja, como representante de uma teleologia para a educação. É também relevante a discussão sobre a “centralidade da objetividade” na compreensão da realidade social, à luz das condições materiais historicamente desenvolvidas pela humanidade.

Mészáros (2007) traz uma contribuição instigadora ao afirmar a necessidade de reformulação do papel da educação na sua relação com o processo de reprodução capitalista, e radicaliza o conceito de mudança:

“(...) não pode ser senão o rasgar do colete-de-forças da lógica incorrigível do sistema: através do planejamento e da prossecução consistente da estratégia de quebrar a regra do capital com todos os meios disponíveis, assim como com todos aqueles que ainda têm de ser inventados neste espírito” (p. 112)

O papel da educação no processo de mudança deve ser compreendida dentro da

histórica realidade da luta de classes. Em que duas classes antagônicas, referidas a partir dos interesses objetivos no processo de produção, exercem a função essencial de toda estrutura da sociedade – a classe operária, o trabalho manual; a classe burguesa, o trabalho intelectual. Ao dividir o trabalho dividiu-se a sociedade. Cabe, portanto, à educação, uma papel de contribuir para elucidar, esclarecer e operar na *consciência* da grande massa, as contradições da incorrigível lógica do sistema capitalista. E no que se refere a prática educativa, cabe à educação, possibilitar o resgate do homem dividido, perspectivando a formação combinada, “em todos os sentidos, entre trabalho produtivo, educação intelectual, exercícios físicos e formação politécnica” (Marx e Engels, p. 223, 1976) elevando a grande massa muito acima das classes burguesa e aristocrática.

3. Método de investigação

Os pressupostos científicos têm no materialismo histórico dialético a alternativa viável para a consecução de pesquisas, tomando como base as condições objetivas da realidade, considerando os aspectos sócios-econômicos como a condição material da existência humana e gênese dos fenômenos questionáveis, utilizando-se da dialética e da historicidade como processo de investigação.

As relações econômicas, políticas, culturais, educacionais e etc, não podem ser apreendidos em forma de ciências como fenômenos aparentes dos fatos isolados, em que, por todo seu inerente desenvolvimento de complexidades, o sujeito (o homem historicamente concretizado) não se reconhece – consciência-de-si – enquanto sujeito histórico-social, atribuindo os fatos (sociais) relativos à dinâmica do objeto (trabalho) como uma manifestação alheia (estranha). O sujeito histórico “gênero humano” tem na realidade objetiva de sua sociabilidade a categoria Trabalho como objeto construtora da sua concreta manifestação. Nas palavras de Kosik (1989, p. 44) :

(...) a realidade social pode ser conhecida pela sua concreticidade (totalidade) quando se descobre a natureza da realidade social, se eliminar a pseudo concreticidade, se conhece a realidade social como unidade dialética de base e de supra-estrutura, e o homem como sujeito objetivo, histórico-social.

Trata-se, pois, de interpretar a realidade a partir dos três grandes princípios da dialética: unidade dos opostos, quantidade e qualidade e negação da negação. Tais princípios permitem uma interpretação da realidade em que os fatos sociais não podem ser considerados isolados e abstraídos de influências políticas, econômicas, culturais etc. Visto que sua forma se dá nas relações contraditórias, conflitantes e em constante desenvolvimento: “A totalidade não é cristalizada; é dinâmica e histórica”. (MATOS, 2001, p. 31)

Para Frigotto (2000, p. 82) o ponto de partida do conhecimento, enquanto esforço reflexivo de analisar criticamente a realidade e a categoria básica do processo de conscientização, é uma atividade prática social dos sujeitos históricos concretos. O conhecimento parte da práxis historicamente construída e influenciada, e retorna a ela em outros níveis de compreensão, levando a necessidade de outros tipos de conhecimento.

O artigo aqui apresentado se apropria, portanto, da idéia da apreensão da realidade a partir dos pressupostos de uma totalidade (objeto) conflitante e contraditória, fruto de uma construção histórica determinada pelas condições materiais objetivas de se manifestar enquanto gênero humano.

Conclusão

O artigo aqui apresentado partiu da idéia da apreensão da realidade a partir dos pressupostos de uma totalidade conflitante e contraditória, fruto de uma construção histórica determinada pelas condições materiais objetivas de se manifestar enquanto gênero humano. Visto assim, a investigação se deu pela alusão às questões determinantes em que o objeto em questão (*A fragmentação do currículo*) se torna – se manifesta em sua essência como objeto em movimento – o objeto e sua historicidade. Tratou-se de um artigo bibliográfico com a pretensão de ressaltar as reais condições postas à formação dos professores de Educação Física a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais na forma da lei decreto 07 de 2004. A divisão e fragmentação nos cursos de formação de professores demonstra os resultados nefastos da própria sociedade dividida em classes. A lógica e os argumentos que justificam os processos fragmentários da sociedade – que são por essência processos de uma unidade indissociável – se substantiva em verdadeiros mitos expressos na naturalização da ordem social fundada na exploração do trabalhador

Com precarização do trabalho. Com o desemprego controlado e a impossibilidade de trabalho para todos, o Estado burguês regido pelo sistema capitalista encontra cada vez mais dificuldades em solucionar a “insolucionável” equação lucro/juros para os capitalista mais direitos sociais para os trabalhadores.

Os trabalhadores da educação, e mais especificamente os da educação física, têm hoje, em seu processo de formação inicial, elementos categoriais que consubstanciam a política neoliberal e alimentam a ideologia burguesa de projetar a sociedade. Diferenciar o professor que atua na escola do professor que atua em outros espaços sociais – tendo como elemento “inovador” o termo profissional – é um mecanismo para pôr em conflito dois entes de uma mesma posição social, tornando o real adversário - o capitalista – modelo de referência para o novo profissional, já que o campo de atuação do professor, agora, somente se restringe à escola. Além do aspecto da reserva de mercado, prevalece a idéia de mecanismo para o alívio à crise estrutural da economia capitalista. Como o estado burguês não tem condições de disponibilizar trabalho para a demanda dos professores de educação física, usa-se o mecanismo do empreendedorismo do “treinador personalizado” e dos consultórios de educação física, fazendo com que o problema da falta de trabalho seja uma culpa do trabalhador por não se adequar e acompanhar as mudanças do mundo do mercado. E com esses e outros argumentos, a justificativa que a melhor opção para a formação inicial do professor de educação física seja a fundada na diferenciação em licenciatura e bacharelado com seus respectivos currículos adequados.

4. Referências Bibliográficas

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. DA SILVA JR. (ORG) et.al. **Metodologia da pesquisa educacional**. p. 71-90, São Paulo: Cortez, 6 ed. , 2000

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 5 ed. 7. reimpressão, 2006.

JIMENEZ, Susana, SOARES, Rômulo, Maurilene do Carmo, Cristiane Porfírio (Orgs.). **Contra o pragmatismo e a favor da filosofia da práxis: uma coletânea de estudos classistas: uma coletânea de estudos classistas**. Fortaleza: EDUECE, 2007.

JIMENEZ, Susana. OLIVEIRA, Jorge Luís e SANTOS, Deribaldo (Orgs). **Marxismo,**

Educação e Luta de Classes: teses e conferências do II Encontro Regional Trabalho, Educação e Emancipação Humana. Fortaleza: EdUECE, 2008

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 5ª ed. Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1976.

LUKACS, Georg. **A consciência de classe**. Publicações Escorpião - tradução e revisão Patrícia Boanova e M. Amaral, Porto, 1973

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Crítica da educação e do ensino**. Introdução e notas de Roger Dangeville, Moraes editores – tradução Ana Maria Rabaça, Paris, 1976

_____. **A ideologia Alemã (Feuerbach)** 10ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

MÉSZÁROS, Istevan. **A Educação para além do capital**. Porto Alegre, RG. 28 de Julho de 2004. disponível: <http://revista-theomai.unq.edu.ar/NUMERO15/ArtMeszaros_15.pdf>

NUNES, Ignez B. L. Formação como espaço de aprendizagem docente: reflexão à luz da psicologia sócio-histórico e cultural. **Formação e práticas docentes**. p. 139 – 150. Fortaleza, CE: EdUECE, 2007

SOUSA SOBRNHO, José Pereira. **Formação em Educação Física: uma análise à luz da centralidade do trabalho**, 2009. 215 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará, 2009.

TERRA, Dinah Vasconcellos. SOUZA JÚNIOR, Marcílio (Org.). **Formação em Educação Física & Ciências do Esporte: Políticas e Cotidiano**. São Paulo: Editora Hucitec/Colégio Brasileiro de Ciência do Esporte, 2010.

TONET, Ivo. Educação, Cidadania e emancipação humana. Ijuí, RG: editora Unijui, 2005.(coleção fronteiras da educação)

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. São Paulo: Expresão Popular, 2007.

Email: cris_silva50@hotmail.com

Email: ericostaber@yahoo.com.br.

Email: prof_alynemorais@yahoo.com.br

Email: coutinho_thiago@hotmail.com